



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**Inserção do jovem no mercado de trabalho  
precarização x possibilidade de inserção de sujeito em  
desenvolvimento.**

Flavia Alves da Silva

Rio de Janeiro, Outubro de 2015

Trabalho realizado como requisito parcial para  
Conclusão de Curso em Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Inserção do jovem no mercado de trabalho  
precarização x possibilidade de inserção de sujeito em  
desenvolvimento.**

Flavia Alves da Silva  
Orientadora: Joana Garcia

## Agradecimentos

A Deus por ter permitido viver um sonho de me tornar uma Assistente Social, pois sei que sempre esteve ao meu lado, dando-me forças para continuar quando as mãos e a mente davam sinais de cansaço.

A minha Mãe, por acreditar em mim, pelo amor, dedicação e apoio, ter você como mãe foi essencial nesta conquista.

A meu primo e irmão querido Antônio Medeiros pelo incentivo, pela paciência e ajuda.

A minha querida orientadora de monografia Prof<sup>a</sup> Dra. Joana Garcia, obrigada por me permitir vivenciar as orientações que foram um aprendizado indescritível, por ter acolhido tão bem meu projeto, por me auxiliar em minhas dúvidas, organizado minhas idéias e por ter sonhado comigo meu sonho e tê-lo feito possível.

A minha querida coordenadora e Assistente Social do Nides/Soltec, Dra. Vanda Borges pelo apoio, carinho e contribuições em minha monografia.

Aos professores que se dispuseram a participar da Banca de Defesa, Prof<sup>a</sup> Dra. Fatima Valéria e Prof<sup>a</sup> Dra. Verônica Cruz por aceitarem me auxiliar na tarefa de concluir esta monografia.

A todos os professores do curso que foram tão importantes para a minha vida acadêmica e minha formação profissional. Agradeço em especial aos seguintes professores: Andrea Teixeira, Paula Poncione, Cleusa Santos, Marilene, Marildo, Luis Acosta e Lenise que, com seu carinho e exemplo contribuirão para a minha formação profissional

Em especial quero agradecer aos meus amigos(as) Juliana, Leonardo e Alessandro que sempre acreditaram em mim e incentivaram em minha jornada.

Aos meus amigos da faculdade de Serviço Social: Pamela, Quécia, Alexandra, Luiza, Ione, Célia, Margareth, Tatiane, Lívia e aos amigos da faculdade de Psicologia Ligia e Jéssica pelo apoio e por fazer meus dias melhores com a presença de vocês em minha vida.

Quero agradecer a minha querida amiga Angélica Teixeira por caminhar comigo nessa jornada acadêmica e pela amizade dedicada a mim.

Aos meus coordenadores do Soltec/Ripper Antônio Oscar e Rosina Mafra e aos meus amigos do grupo de extensão.

A todos, enfim, que de alguma maneira ajudaram a tornar possível este trabalho.

***“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”***

**Art. 227 da Constituição Federal Brasileira.**

## Siglário

AFTs	Auditores Fiscais do trabalho
AGITRA	Associação Gaúcha dos Inspetores do Trabalho
ASSER	Assessoria de Responsabilidade Social Empresarial
AACD	Associação à Criança Deficiente
BIRENE	Centro Latino-Americano e do Caribe de informação em Ciências e Saúde
CIEE	Centro de Integração Empresa – Escola
CMPI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DNC	Departamento Nacional da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESPRO	Ensino Social Profissionalizante
FAPESP	Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC	Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCD	Pessoas com Deficiência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBEM	Política Nacional de Bem Estar do Menor
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
Scielo	Scientific Electronic Library Online
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
Unicef	Fundo das Nações Unidas para Infância

## Resumo

O objetivo dessa monografia é analisar a funcionalidade de programas de inserção dos jovens no mercado de trabalho como Jovem Aprendiz e estagiário nas instituições públicas e privadas.

Com essa pesquisa, foi possível perceber aspectos das relações do jovem com o mundo do trabalho, tais como a conciliação entre estudo e atividade laborativa, a valorização da aprendizagem, a responsabilidade social das empresas e a participação do Estado na orquestração dos direitos de cidadania e trabalhistas.

Através de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, realizada através de entrevistas focalizadas com representantes de empresas contratantes no Rio de Janeiro foi possível perceber como são desenvolvidos os processos seletivos, bem como se dão as relações de trabalho segundo a percepção empresarial.

Este tema foi escolhido como forma oferecer uma contribuição para análise do discurso do tema trabalho juvenil, aprendizagem, empresa, educação, inclusão, compreendendo a responsabilização do Estado dentro deste processo de inclusão e aprendizagem do jovem trabalhador.

Palavras chave: jovem aprendiz, estagiário, aprendizagem

## Índice

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADANIA INFANTO-JUVENIL</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>HISTÓRICO DAS LEGISLAÇÕES: DA COERÇÃO À PROTEÇÃO</b>	<b>13</b>
2.1.1	ANTECEDENTES DO I CÓDIGO DE MENORES	13
2.1.2	A PERSPECTIVA CONTINUÍSTA DO 2 CÓDIGO DE MENORES	14
2.1.3	A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	15
<b>2.2</b>	<b>A OPOSIÇÃO ENTRE CRIANÇAS E MENORES</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>CARACTERIZAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O TRABALHO INFANTIL</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO E SOBRE A PESQUISA</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>O TRABALHO DE CAMPO – A JUVENTUDE E O TRABALHO</b>	<b>28</b>
<b>4.1</b>	<b>O QUE OS DADOS APONTAM SOBRE JUVENTUDE E TRABALHO?</b>	<b>28</b>
<b>4.2</b>	<b>APROXIMAÇÕES COM O JOVEM TRABALHADOR</b>	<b>32</b>
<b>4.3</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS INSTITUCIONAIS</b>	<b>33</b>
4.3.1	BOB’S	33
4.3.2	SENAI/ SESI	35
4.3.3	ELETRONUCLEAR	38
4.3.4	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA AMPLA ENERGIA	39
4.3.5	ESPRO (ENSINO SOCIAL PROFISSIONALIZANTE)	41
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>48</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>51</b>
<b>7</b>	<b>ANEXO</b>	<b>54</b>



## **1 Introdução**

O trabalho é a atividade social através da qual se cria a riqueza, sendo assim, constitui-se como a fonte inescapável de recursos para sobrevivência. No entanto, este processo não se dá de modo livre de tensões e contradições. Considerando esta ideia, este trabalho busca compreender o processo de incorporação do jovem no mercado de trabalho num período de construção de identidade.

Dentre os segmentos que mais sofrem com a falta de oportunidade para o trabalho, está o jovem, na medida em que o mercado prioriza a incorporação daqueles que se apresentam com qualificação e experiência.

No Brasil vemos diariamente crianças e adolescentes, pelas ruas, favelas e roçados, trabalhando como vendedores ambulantes, ajudando os pais no pequeno comércio, no tráfico, sem direitos trabalhistas assegurados no mercado informal. Abandonam a escola para ajudarem no orçamento familiar, são excluídas do direito a educação e se expõe a realidade marcada pela questão social que gera contradições e diferenças.

A maioria dos jovens que quer ingressar no mercado de trabalho nunca trabalhou regularmente. A taxa de desemprego entre a população jovem vem aumentando, tendo altos os índices de desocupação entre os jovens de 15 a 24 anos. Diante das dificuldades de inserção, o cenário dos jovens no trabalho também é marcado pela precarização das relações de trabalho, ligadas à questão de gênero, escolaridade, sem carteira assinada, com longas jornadas, baixos salários, locais insalubres e trabalho doméstico.

A Lei Nº 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional. Esses jovens e adolescentes entre 14 e 24 anos devem ser contratados na

condição de aprendizes. Acima dos 16 anos o trabalho é autorizado, desde que não seja no período noturno, em condição de perigo ou insalubridade e desde que não atrapalhe a jornada escolar. O que estiver fora dessas condições no mercado pode ser considerado um trabalho ilegal ou trabalho escravo. O programa de aprendizagem foi uma luta contra a erradicação da exploração do trabalho infantil e da questão evasão escolar.

O jovem aprendiz/estagiário desconhecem seus direitos trabalhistas, submetendo-se a condições de trabalho irregulares com baixos salários, longas jornadas de trabalho, não percebendo as péssimas condições de trabalho que estão submetidos. Essa realidade expressa sua essência no interior destas instituições, havendo uma necessidade de fiscalização das empresas a partir do impacto social e visibilidade que elas dão contratação de jovens aprendizes.

De acordo com a lei 5452/43, Art. 428 o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos, inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005).

Essa monografia assume uma postura crítica e investigativa, trazendo à tona algumas contradições, na relação entre empresa, juventude, educação e trabalho. Através deste trabalho, busca-se contribuir com o Serviço Social para o debate sobre o trabalho juvenil, apresentando uma análise sobre as empresas pesquisadas, a relação da aprendizagem na condição de jovens aprendizes ou estagiários e as diferentes formas de violação de direitos que constituem a vida cotidiana desses sujeitos em desenvolvimento nas empresas pesquisadas.

Diante desse cenário, a proposta desta monografia foi mapear as empresas que realizam recrutamento de jovens para o mercado de trabalho e problematizar as relações entre empresa e jovens presentes no mundo do trabalho. Esta monografia é resultado da minha trajetória acadêmica e pessoal

que, por meio das vivências e experiências como estagiária de nível médio e superior em instituições públicas e privadas, que tiveram um papel fundamental na minha formação e fizeram enxergar uma realidade diferente do meu cotidiano, e acreditar que é possível através do estudo e trabalho alcançar a dignidade na sociedade. Com essas reflexões sobre as questões da juventude, trabalho, educação e empresa, trouxeram inquietações sobre as relações estabelecidas nesses eixos temáticos.

Assim, para realizar a pesquisa selecionamos empresas que trabalham com estagiário e Jovem Aprendiz, analisamos materiais bibliográficos, artigos, pesquisas na internet no campo da educação, trabalho e juventude. Nesta análise, buscamos investigar como as empresas se apresentavam para mídia e suas percepções sobre o trabalho e a eventual qualificação que estava sendo oferecida. Dessa forma foi possível identificar como é o programa de inclusão do jovem aprendizes e estagiários.

O resultado desta investigação está apresentado nesta monografia por seções. Na primeira parte realizo um histórico sobre as legislações, com caracterização histórica sobre o trabalho juvenil. A metodologia utilizada foi predominantemente a pesquisa bibliográfica uma vez que possibilita mapear o campo e entender as relações. Em seguida, trago considerações sobre o objeto de pesquisa buscando informações sobre o tema Juventude e trabalho.

Na quinta parte apresento um panorama geral da produção sobre o tema, mostro o que dados apontam sobre juventude e trabalho com levantamento de dados do PNAD, análise de dados sobre o desemprego, além da análise institucional e mapeamento de como se dá o processo seletivo com nas instituições mencionadas.

As considerações finais consistem em descrever a relação do jovem trabalhador com a empresa concluindo que a inserção dos jovens no mundo do trabalho é importante para profissionalização, quando o trabalho não é visto como uma mera relação de produção, apontando para as possíveis violações de direitos sobre o estudo.

A análise das relações dos jovens com o trabalho e empresa, tem com o objetivo de problematizar as relações de trabalho e o papel do programa de aprendizagem dentro dessas empresas, além de averiguar com se dá a relação do trabalho no interior dessas instituições, comparando as proposta de cada empresa, possibilitando uma análise critica aos direitos trabalhistas e a precarização das relações trabalho.

## **2 Considerações sobre a cidadania infanto-juvenil**

Este capítulo trata das referências histórico-conceituais que balizam e fundamentam este estudo. Procura-se, portanto, narrar e problematizar eventos e práticas voltadas à proteção de crianças e adolescentes na história republicana do país. O processo de consolidação da cidadania infanto-juvenil é recente e a validação do trabalho infantil como violação do direito deste segmento é datada do fim do século XX, o que indica um processo de mudança ainda em curso. A estrutura deste capítulo é assim constituída: Antecedentes do I Código de Menores, A perspectiva continuísta do 2 Código de Menores, A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente

### **2.1 Histórico das legislações: da coerção à proteção**

Neste segmento procura-se problematizar o caminho tortuoso que se estabelece desde a constituição de leis e códigos que tratam apenas de parte da população infanto-juvenil pauperizada e em situação de abandono e delinquência até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, inaugurando uma nova perspectiva de tratamento desse segmento: aquela baseada na proteção social.

#### **2.1.1 Antecedentes do I Código de Menores**

No final do séc XIX, com o crescimento acelerado das metrópoles, abolição da escravatura, a criação da força de trabalho livre que iria abastecer o mercado industrial emergente, observa-se uma crescente pauperização de amplas parcelas da população. A delinquência juvenil, vagabundagem, violência, já eram assuntos estampados nos jornais e atribuídos à condição de pobreza.

O Código Penal de 1830 (Império e Código Penal de 1890 - Primeira República), possuía poucas variações de conteúdo, ambos regulamentavam os procedimentos a serem adotados para as pessoas até 17 anos, em caso de ação criminosa. O decreto lei 1313, de 1981, regulariza as relações trabalhistas, limites de idade e carga horária das crianças e adolescentes absorvidos pelas fábricas. A Lei 1801 foi aprovada em 1911, retomando a regulação de trabalho infanto-juvenil.

Em 05 de Janeiro de 1921 é promulgada a lei 4242 de Assistência e proteção à infância abandonada e delinquente. O decreto lei 16.272, de 1923 e decreto legislativo 5.083, de 1926 são constituídos para regulamentar esta proposição. Em 12 de outubro de 1927, através do decreto lei 17943-A, se consolida um olhar específico para o problema social emergente da infância e adolescência.

O Primeiro Código de Menores buscou sistematizar a ação de tutela e coerção para a reeducação que o Estado passou a adotar. As crianças e adolescentes são definidos como delinquentes (efeito) e abandonados (causa). O código não apresenta as crianças e adolescentes como sujeitos de direito, busca apenas regular o “menor” vadio e o “menor” trabalhador. As ações do Estado são ocasionais, pontuais, não estando no patamar dos direitos sociais.

No período do Estado Novo – 1940 – Novo Código Penal, ampliando o limite de irresponsabilidade penal para 18 anos. O decreto lei 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, fixa as bases de organização da proteção a maternidade, à infância e à adolescência em todo país”, ampliando as colocações da lei 4242, do primeiro Código de Menores. É criado o Departamento Nacional da Criança (DNC), o Ministério da Educação e Saúde, diretamente subordinado ao ministro.

Subordinado ao Ministério da Justiça e ao Juizado de Menores do Distrito Federal, é criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM), decreto lei 3.799, de 05 de novembro de 1941, funcionando desvinculado do DNC. Baseado na lógica do sistema penitenciário adulto, e uma instrumentalização do Estado para cumprir as determinações penais do Código de Menores.

### *2.1.2 A perspectiva continuísta do 2 Código de Menores*

Em novembro de 1943, o decreto lei 6026, conhecido como lei de Emergência, há uma revisão do Código de Menores à luz do novo Código Penal. Abandona-se a categoria “delinquente” para utilização do termo “infrator”. Permanece a cristalização da visão da minoridade como caso de polícia. Com a queda do Estado Novo, é aprovada uma nova Constituição nacional.

O SAM (Serviço de Assistência ao Menor) passa a ser alvo de constantes denúncias e inquéritos. Ocorre o golpe militar de 64, entrando em vigor a ideologia de segurança nacional, com todas as implicações regressivas em

relação ao Estado democrático. E criado uma nova proposta de atendimento a menoridade: Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM), lei 4.513, de 01 de dezembro de 1964, sistema centralizado e vertical de tratamento do “menor”.

A criação da FUNABEM (FUNDAÇÃO NACIONAL DE BEM ESTAR DO MENOR ), tem como objetivo corrigir distorções do SAM. Com isso, há uma mudança de visão: “menor como ameaça social cede lugar a criança carente e abandonada, e o estado de abandono e delinquência seria decorrente da pobreza e desestruturação da famílias dos “menores”. (Júnior, Almir)

A visão criminalizadora é reforçada na lei 5.258, de abril de 1967, marcou um retrocesso no tratamento penal, equiparando critérios de imputação de pena para “menores” e adultos, como no Código Criminal de 1830, com as críticas a lei é substituída em 22 de maio de 1968 pela lei 5.439, que retoma as colocações da Lei de Emergência de 1943.

O Novo Código de Menores, lei 6.697, de 10 outubro de 1979, delimita sua ação na assistência, proteção e vigilância a “menores” até 18 anos que se encontrarem em situação irregular. O “menor” definido como em situação irregular quando privado de condições essenciais a sua subsistência, saúde e instrução obrigatória. Observa-se a manutenção da figura forte do Juiz de Menores como tutor. Este código tem um cunho assistencialista e de controle social

### *2.1.3 A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente*

A nova Constituição Nacional, promulgada em 05 de outubro de 1988, incorpora os princípios básicos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, principalmente no art.227. Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069, de 13 de Julho de 1990, em vigor a partir de 14 de outubro de 1990, substituindo o Código de Menores.

Apesar da promulgação da mesma, ainda temos no Brasil crianças e adolescentes com os direitos fundamentais violados. Esta assimetria entre a lei e sua aplicação pode ser problematizada a partir de várias perspectivas, sendo a própria configuração desigual da sociedade capitalista a principal delas. Outra questão central deste gap em termos da cidadania infanto-juvenil é uma certa

passividade da sociedade em relação a violações a qual estes jovens vivenciam diariamente.

Em relação ao estatuto da criança e do adolescente destacamos as seguintes inovações:

- Trata-se de uma Lei universal, ou seja, compreende todos, sem distinção de classe, cor, território, cultura ou outro atributo;
- Criança e adolescente como sujeitos de direito;
- Crianças e adolescentes como alvos de ação privilegiada, com proteção integral de indivíduo em desenvolvimento.
- A efetivação dos direitos básicos cabe não somente a família, mas também a comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público.
- O Estatuto abandona a ótica penal criminalizadora do Código de Menores e assume uma concepção de proteção social.

**Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Art 4 do ECA)

A despeito dos avanços trazidos pelo ECA, observa-se uma falta de comprometimento do Estado, da sociedade civil e governo, pois ainda temos crianças que tem seus direitos violados. Considera-se mais fácil diminuir a menoridade penal, ser contra o Bolsa Família, criticar as políticas de inclusão, do que resgatar a cidadania. Fácil é fazer um julgamento moral e culpar o jovem que sempre foi desassistido pelo Estado. Práticas punitivas não levam à mudança. É necessária a mudança de concepção, praticando o direito estabelecido no ECA, em uma ação do Estado traduzida em vontade política, para dar acesso aos seus direitos, com preparação para o futuro, apesar de o mesmo não ser visto com prioridade.



## 2.2 A oposição entre crianças e menores

No imaginário dominante da sociedade, o menor é caracterizado como pivete ou trombadinha, vilão e vítima de nosso folhetim cotidiano, apresentado como desajustado e marginal. A Criança, na mesma faixa etária do menor era vista em situação irregular decorrente de sua origem em famílias desestruturadas de baixa renda. Pivetes figuram como personagens perigosos no cenário de violência urbana, sendo despojados de seus atributos e características infantis, vistos como caso de polícia e de ressocialização. Contudo, temos uma população infanto-juvenil com seus direitos desassistidos, perda efetiva de direitos, numa sociedade hierarquizada, com padrões de desigualdade ainda expressivos, sendo um protagonista da exclusão.

## 2.3 Caracterizações históricas sobre o trabalho infantil

Buscaremos situar os antecedentes históricos, para efeito de análise da conjuntura da sociedade, sua relação da população infanto-juvenil, com o Estado e sociedade, analisando os programas e estratégias articuladas pelo governo para o enfrentamento do trabalho.

### 2.3.1 – Contexto da Década de 1980

Segundo Fausto e Cervini (1996), o início da década de 1980 mostra que, apesar das iniciativas empreendidas e dos resultados positivos obtidos na década anterior, persistem as mesmas necessidades enfrentadas no passado: maiores investimentos nas políticas públicas (econômicas e sociais) e na produção de informação objetiva e de diagnósticos pertinentes, indispensáveis tanto para minimizar risco de ineficiência e ineficácia em sua execução, como permitir avaliações confiáveis.

O final da década de 1970 e início dos anos 1980 foram marcados por uma análise crítica dos modelos político e econômico dominantes, com a busca do conhecimento sobre as condições da criança e adolescente, da necessidade de intervenção e assistência do Estado.

É possível identificar um sem-número de iniciativas em todo país convergindo na mesma direção – articulação de esforços de diversos segmentos da sociedade em defesa da criança e do adolescente, que reunia os elementos necessários para uma reforma sem precedentes, inclusive a nível jurídico<sup>1</sup> (Rizzini)

Nesse momento, a problemática era os “meninos de rua” como expressão da questão social, originária da desigualdade social presente no país. Vale considerar, contudo, que a pobreza e desigualdade não são fenômenos novos. Os processos sociais marcados pelas diferentes expressões da desigualdade marcam fraturas sociais, quem ocorrem em meio à produção de riqueza e sua não partilha.

Na década de 1980, o Serviço Social teve os olhos mais voltados para o Estado e menos para a sociedade, mais para as políticas sociais e menos para os sujeitos com quem trabalha, modo e as condições de vida, a cultura, as condições de vida dos indivíduos sociais são pouco tratadas e conhecidas. (Iamamoto, pag75). Neste momento, estávamos atrelados ao Código de Ética de 1975/1986, conjuntura na qual a correlação de forças estava desfavorável à sociedade civil e a palavra de orientação era a ordem. Essa ordem é orientada pelo Estado Ditatorial, ao qual estava submetida a categoria profissional.

Segundo estudiosos do tema que esta monografia se dedica, nos anos 80 crianças e adolescentes de 10 a 14 anos são os segmentos mais penalizados, além de serem o elo por onde começa a reprodução da pobreza (Cervini e Burger). Os mesmos são incorporados ao mercado de trabalho, conseqüentemente ocasionando o abandono escolar, conseqüentemente baixa escolaridade, eram provenientes de lares em situação de vulnerabilidade social, em sua maioria de lares chefiados por mulheres. Essa incorporação ao mercado de trabalho dava-se de forma diferenciada, heterogênea, ligada ao gênero e de acordo com contexto apresentado na dinâmica da relação social. Nos locais onde a vulnerabilidade social foi maior, elas foram mais exploradas. Verificou-se um aumento do trabalho infantil neste período nas áreas urbanas, com participação, de forma

---

<sup>1</sup> De Norte a Sul, inúmeras contribuições se somavam no sentido de elaborar uma nova lei que preconizasse o respeito aos direitos da criança. Este processo resultou na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei que em julho de 1990 revogou o antigo Código de Menores de (1927/1979).

ativa, na força de trabalho, como desejo de aumento da autonomia financeira, acompanhado do empobrecimento familiar da população. Comprometendo seu direito de aprendizagem escolar e de brincar, apesar do aumento do processo de escolarização neste período.

As décadas de 70 e 80 são marcadas por um período de conturbada reestruturação econômica, com a alteração dos padrões vigentes de organização industrial e de reajustamento social e político, que atingem progressivamente a sociedade capitalista.

Segundo Tomas (2008), entre as mulheres e os negros encontram-se as maiores taxa de inatividade. A transição para o mercado de trabalho apresenta padrões e trajetórias distintos entre homens e mulheres. A socialização dos jovens inicia-se na família, que é estruturada com base em normas e valores dos membros adultos da família. Além de serem definidos por uma divisão sexual do trabalho. Camarano ET AL (2006) ressaltam que além das variáveis consideradas no caso masculino, a inserção no mercado de trabalho entre as mulheres é afetada também pela nupcialidade e fecundidade. O ingresso no mercado de trabalho pelas mulheres é considerado como um reflexo do desejo de ser diferente de suas mães nesta geração. Com isso, há um crescimento da remuneração das pessoas de nível médio, e de outro aumento da importância do poder econômico feminino, que pode mudar os papéis tradicionais após o casamento e a maternidade.

### 2.3.2 – Contexto dos Anos 90

Na década de 1990, o tema do trabalho infantil passou a ocupar lugar de destaque na agenda nacional, sendo fortemente caracterizada por uma valorização da educação. Conforme o primeiro Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, o número de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos trabalhando atingiu, em 1992, o marco de 4,1 milhões, constituindo 12,13% da população dessa faixa etária (Brasil, 2004).

Segundo estimativa da Organização Internacional do Trabalho, no início dos anos 90, a quantidade de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando ultrapassava 10 milhões de trabalhadores, sendo que a maioria recebia pouca ou nenhuma remuneração por esse trabalho (OIT, 2003).

Na sociedade brasileira, enclaves de modernidade convivem com a recriação de formas antigas de produção, marcadas pela barbárie, traduzidas em formas de trabalho escravo, na violência das lutas pela terra, em relações de trabalho presididas pela dependência pessoal e pelo arbítrio, em formas de exploração extensivas da força de trabalho de adultos - homens e mulheres - jovens e crianças, com longas jornadas, trabalho noturno, remunerações que não atingem o salário mínimo oficialmente estabelecido. (Iamamoto, ano: pag 179)

Esse agravamento levou a uma grande mobilização popular, com campanhas da sociedade civil nacional e internacional, que tiveram como consequência o reconhecimento, por parte do governo brasileiro, do trabalho infantil. Neste contexto, as bases legais para a priorização do combate ao trabalho infantil foi incorporada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990.

O ECA é um dos instrumentos legais de proteção à criança e ao adolescente com um sistema de garantia de direitos, com o intuito de viabilizar a articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil. Entretanto, a sua implementação encontrou e encontra dificuldades, principalmente devido às debilidades institucionais de grande parte dos municípios, como já indicado anteriormente.

Na década de 90, segundo (OIT 2010) um dos fatos que marcaram a priorização do combate ao trabalho infantil, em 1995, pelo MTE, das Comissões Estaduais de Combate ao Trabalho Infantil, grupos de auditores-fiscais do trabalho (AFTs) especializados no tema. Contudo, outros acontecimentos marcaram o desenvolvimento, e a preocupação do Estado e sociedade civil na prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil. O quadro a seguir ilustra estes avanços:

Quadro 1: avanços na luta pela abolição do Trabalho infantil

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>
<b>1988</b>	<b>Promulgação da nova Constituição Federal</b>
<b>1990</b>	<b>Aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);</b>
<b>1990</b>	<b>A Associação Gaúcha dos Inspetores do Trabalho (AGITRA) realizou diversas denúncias em nível internacional, inclusive para a Organização Internacional do Trabalho, sobre um grande aumento dos problemas relacionados ao trabalho infantil no Brasil (OIT, 2003: 40);</b>
<b>1992</b>	<b>Início da implementação do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT);</b>
<b>1994</b>	<b>Instalação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;</b>
<b>1996</b>	<b>Instalação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito(CPMI) do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as denúncias divulgadas pela imprensa, em agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil;</b>
<b>2000</b>	<b>Ratificação da Convenção no. 182 sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação (1999) da OIT;</b>
<b>2001</b>	<b>Ratificação da Convenção no. 138 sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego (1973) da Organização Internacional do Trabalho;</b>
<b>2003</b>	<b>Instalação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional, com o objetivo de investigar as situações de violência redes de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil.</b>

Fonte: OIT 2010

Diante da situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, na década de 90, foi criado um programa importante da rede de proteção social com uma nova perspectiva de trato da questão social, programa de Erradicação do Trabalho infantil.

#### 2.2.1 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Segundo informação do MDS, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. O programa compreende transferência de renda – prioritariamente por meio do Programa Bolsa Família –,

acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade civil.

O Peti está estruturado estrategicamente em cinco eixos de atuação<sup>2</sup>: informação e mobilização, com realização de campanhas e audiências públicas; busca ativa e registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; transferência de renda, inserção das crianças, adolescentes e suas famílias em serviços socioassistenciais e encaminhamento para serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer ou trabalho; reforço das ações de fiscalização, acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas, articuladas com Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares; e monitoramento.

Segundo o Plano Nacional de Erradicação do trabalho infantil (2011/2015) e proteção do adolescente Trabalhador, o Brasil possui altos índices históricos de concentração de renda e desigualdade social e o atual ciclo de crescimento econômico ainda não eliminou as desigualdades entre as diversas regiões e setores econômicos. A distribuição de renda ocorre em ritmo lento, o próprio impacto da integração dos programas PETI e Bolsa Família sobre o trabalho infantil é limitado por problemas de articulação entre setores e esferas de governo e permanece a exclusão ou a inserção precária dos membros adultos das famílias mais pobres no mercado de trabalho. Observa-se a necessidade de envolvimento da sociedade e governo, de forma coordenada, no processo de erradicação do trabalho infantil. Ambos são chamados a um processo de intervenção que exige atuação pactuada conjuntamente, dentro das capacidades e competências de cada organização, tendo como uma de suas diretrizes básicas a descentralização política administrativa ( IEE/PUC-S)

De acordo com a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003, no Brasil, 6,1% dos jovens entre 10 e 24 anos realizavam apenas tarefas domésticas, 8,2% trabalhavam e também auxiliavam nas atividades do lar, 9,4%

---

<sup>2</sup> <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>, consultado em data 04/11/2014.

trabalhavam, estudavam e também cuidavam dos afazeres domésticos e apenas 3,3% não realizavam nenhuma das três atividades.

De acordo com o Unicef (2013), a situação do trabalho infantil doméstico no Brasil pouco se alterou entre 2008 e 2011, de acordo com relatório divulgado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Segundo o relatório do FNPETI<sup>3</sup>, o quantitativo de crianças e adolescentes na faixa etária entre 5 e 17 anos que trabalhavam caiu 17,9% nesse período, o número de casos de crianças e adolescentes ocupados no trabalho infantil doméstico diminuiu de 325 mil (2008) para 258 mil (2011) – uma redução de 67 mil casos. Em termos proporcionais, a redução foi de apenas 0,2 ponto percentual: de 7,2% em 2008 para 7% em 2011. Esse número pode ser ainda maior. Em 2011, dos 3,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, 57,5%, ou seja, 2,1 milhões de crianças e adolescentes, trabalhavam e ainda eram responsáveis pelas tarefas domésticas em suas próprias casas. Ou seja, as mesmas atividades (lavar, passar, cozinhar, limpar a casa, cuidar de crianças, etc.) realizadas por aqueles que prestam serviços domésticos para outras famílias, são realizadas também por eles em suas próprias casas. De acordo com a pesquisa de 2011, 93,7% do universo de crianças e adolescentes ocupados no trabalho infantil doméstico são meninas (241 mil). Os meninos somam 16 mil, e 67% dos trabalhadores infantis domésticos são negros (172.666), enquanto os não negros somam 85.026.

As desigualdades sociais e a pobreza atingem a população infanto-juvenil, essa realidade é encontrada em várias áreas, como setores agrícola, lixões, de serviços, de comércio, de produção de manufaturas, de construção civil e no trabalho doméstico. Casos de violência, exploração sexual, adolescente em conflito com a lei, tem sido temas tratados pela mídia atualmente.

Estes dados revelam a naturalização cultural do trabalho infantil em algumas áreas, promovida através da venda da força de trabalho como forma de aumento de rendimento, como: guardadores de carro, lavador de carro em lava

---

<sup>3</sup> [www.unicef.org/brazil/pt/media\\_25610.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/media_25610.htm)

jato, vendedor de rua, vendedor estradas e avenidas engarrafadas, engraxates, catador de papel, auxiliar no tráfico de droga, prostituição, na criminalidade ..., consideradas por eles formas de trabalho que, no momento presente, atende suas necessidades humanas. O capitalismo transforma todas as coisas, sentimentos e necessidades humanas em mercadorias. Como lidar com esta concepção de trabalho infanto-juvenil na modernidade, marcada por trabalho escravo cruel, fruto da expressão da questão social. Sabemos que a vida social se ancora no trabalho e o mesmo é fundante do ser social e, portanto, fundante da sociedade. O trabalho é uma mercadoria e a mesma é um componente central no modo de produção capitalista. A proteção integral à criança e ao adolescente em desenvolvimento, ainda não foi assimilada pela família, pela sociedade e pelo poder público.



### **3 Considerações sobre o objeto e sobre a pesquisa**

Para fins de consolidação das referências teóricas deste estudo, bem como da caracterização deste tema no conjunto de publicações das Ciências Sociais Aplicadas, foi realizado um levantamento bibliográfico, buscando informações sobre o tema Juventude e trabalho.

O objetivo foi não apenas buscar os conteúdos mais recorrentes na produção acadêmica, como também delimitar o objeto de pesquisa, buscando saber como eles foram formulados. As fontes de informações para a pesquisa bibliográfica são fundamentais para que se desenvolva a produção acadêmica.

O primeiro passo dado para obter as informações sobre o objeto de pesquisa foi acessar a base Scielo. O Scientific Electronic Library Online - SciELO indexa e publica, em acesso aberto, na Internet uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros e internacionais com o objetivo de aumentar a acessibilidade. É uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros e internacionais. A mesma é resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto passou a contar com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O objetivo da criação do Scielo é o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Na base Scielo todos os artigos devem conter título, resumo e palavras-chave, que facilita a busca de quem acessa, no idioma original do texto do artigo, e no idioma inglês, quando este não for o idioma original.

No acesso inicial várias palavras chaves foram testadas, tais como: Infância Vulnerável Trabalho Juvenil, Primeiro Emprego, Trabalho Infantil,

Trabalho infantil de rua, Trabalho infantil produtivo, Trabalho infanto-juvenil, Adolescente aprendiz, Adolescente trabalhador, Adolescente aprendiz, Adolescente trabalhador, Juventude trabalho, Juventude e educação. Cada palavra chave apresenta uma série de artigos referente ao tema pesquisado, lembrando que a produção científica e os valores de referência apresentados na busca estão ligadas a áreas temáticas diferenciadas.

Dentro desta busca da palavra chave apareceram alguns artigos que não satisfizeram o campo do objeto de pesquisa. Sua concentração era em outras áreas temáticas, uns faziam uma afirmação contrária e outros estavam enquadrados nas questões conceituais do objeto de pesquisa, mesmo ligado a outras áreas temáticas. Vale considerar que essas informações contrárias são produtivas e também constituem-se objetos de leitura.

Coletadas as primeiras informações para sistematização das leituras, os artigos foram analisados em orientação e selecionados segundo a relevância para o estudo em questão. Os critérios adotados para a seleção dos artigos levaram em consideração a abordagem do debate sobre o trabalho juvenil.

Os objetivos norteadores desta consulta e seleção foram: analisar a situação da inserção do jovem no mundo do trabalho e a perspectiva de crescimento profissional, em contraste com o trabalho precoce, compreendendo o contexto a qual estão inseridos, aumentar a reflexão sobre as políticas públicas de promoção e da inserção do público jovem no mercado de trabalho, contribuir para o Serviço Social, compreendendo o sentido amplo de totalidade desse jovem na sua particularidade, além de fazer uma reflexão do que esta sendo oferecido quando este jovem não está inserido, pois na medida que um jovem é inserido no mercado, outros são excluídos.

Em relação à pesquisa bibliográfica, segue abaixo dados solicitados:

**Quadro 2: Caracterização das áreas por anos de publicação**

Área temática	Periodicidade	Anos de Publicação		
		Até 2000	2001 a 2010	2011 a 2014
Psicologia	11	1	5	5
Sociologia	2	0	1	1
Ciências sociais	3	0	2	1
Economia	3	0	3	0
Serviço Social	2	0	0	2
Educação	4	0	2	2
Administração	1	0	1	0
Engenharia	1	0	1	0
Saude coletiva	1	0	0	1
Saúde Pública	2	0	1	1
Saúde Ocupacional	1	0	1	0
Estudo de Gênero	2	0	1	1

Fonte: Scielo, 2000-2014. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

Acerca da temática do Trabalho Juvenil, encontramos atualmente contribuições das seguintes áreas temáticas: Em primeiro lugar a Psicologia, com cerca de 33,3 % das contribuições desde 2000 a 2014, principalmente em torno das discussões sobre o trabalho infantil, o mesmo apresenta-se com 45,5 % de contribuição recente, nos período de 2011 a 2014.

Em segundo lugar temos a área temática educacional, com 12%, a mesma aparece nula de contribuição nos anos de 2000, aparecendo com 50% contribuições nos anos de 2001 a 2010 e de 2011 a 2014 com 50%, abordando discussões sobre escolarização e educação profissional

O Serviço Social aparece com uma contribuição nula nos anos de 2000 a 2010, aparecendo com contribuição de 6 % no período de 2011 a 2014, com discussões sobre precarização e exploração do trabalho infantil.

## **4 O trabalho de campo – a Juventude e o trabalho**

Este capítulo foi subdividido em títulos para maior compreensão da pesquisa, a primeira parte relatamos o que os dados apontam sobre juventude e trabalho, com análise de dados estatísticos sobre o desemprego no país em na América Latina. Na segunda parte relatamos como foi elaborada a pesquisa de campo e a aproximação com o objeto de pesquisa que é o jovem trabalhador. Na terceira foi realizado a análise institucional das empresas que participaram da pesquisa de campo. Diante disso foi aplicado um questionário de visita institucional nas empresas e ao longo do trabalho relatamos as informações sobre as empresas e as dificuldades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho.

### **4.1 O que os dados apontam sobre Juventude e trabalho?**

Segundo a OIT (2015), uma parte significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades para conseguir uma ocupação digna<sup>4</sup> no mercado de trabalho. Frequentemente esta inserção é marcada pela precariedade (longa jornada e baixo salários), o que torna difícil a construção de trajetórias de trabalho decente. Elevadas taxas de desemprego, informalidade e os baixos níveis de rendimento e de proteção social estão entre os principais fatores de agravamento das condições de trabalho para o jovem na atualidade. Os jovens brasileiros apresentam taxas de desocupação e informalidade superiores à média e níveis de rendimentos inferiores.

Atualmente, fomentar a entrada no mercado de trabalho é uma missão quase impossível, já que a atual fase de desenvolvimento do capitalismo dispensa até mesmo trabalhadores mais qualificados, considerando que uma política pública deve ter por alvo o trabalho decente, protegido e regulamentado, como cumprir o que manda a constituição? (Souza, 2014).

Segundo informações publicadas dia 14 de fevereiro de 2014 pelo site El país, um em cada dois jovens que trabalham na América Latina não tem um contrato assinado, sendo que apenas 48% dos latino-americanos tem um

---

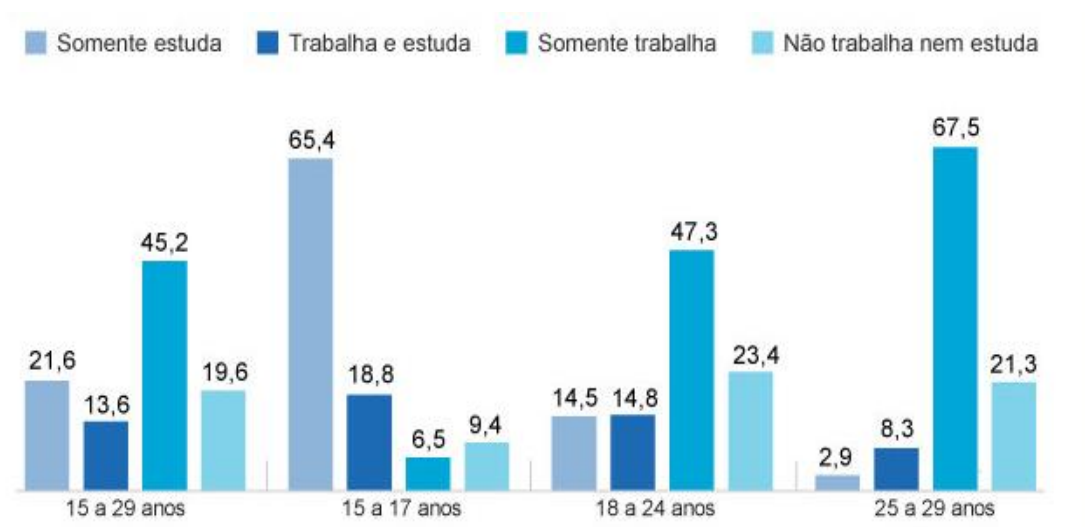
<sup>4</sup> Por ocupação digna entende-se, como ocupação remunerada que promove dignidade da pessoa humana.

emprego formal. Durante a apresentação do relatório *Trabalho decente e juventude na América Latina*, a diretora regional da OIT, Elizabeth Tinoco, afirmou que os jovens de 15 a 24 anos são os mais afetados pelo desemprego e pela precariedade. Tinoco disse que “o elevado percentual de jovens que não estudam, nem trabalham, nem se ocupam das tarefas do lar, especialmente nos setores menos favorecidos, deveria ser uma preocupação central dos governos pois estão em risco de exclusão social”. Na região, 21,8 milhões de jovens não estudam nem trabalham (20.3% dos jovens em idade de trabalhar), os denominados ‘nem-nem’, embora deles, 12 milhões se dediquem a tarefas domésticas. A representante do organismo destacou que 70% de quem não estuda nem trabalha são mulheres jovens. O relatório diz que “do total de nem-nem, 24% busca emprego, cerca de 4,6 milhões, o que representa 69,6% de jovens desempregados”.

Apesar destes indicadores, o documento registra um incremento de 32,9% (em 2005) a 34,5% (em 2011) no percentual de jovens latino-americanos que só estudam. Os indicadores que mais se destacam por país, estão a Bolívia com o maior percentual de jovens em emprego informal (87,4% com dados de 2009) ou o Peru (84,7% com dados de 2011). Em Honduras registra-se a mais alta porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham (27,5%), seguido da Guatemala (25,1%), o El Salvador (24,2%) e a Colômbia (23,4%). O menor percentual de nem-nem é na Bolívia: com 12,7%.

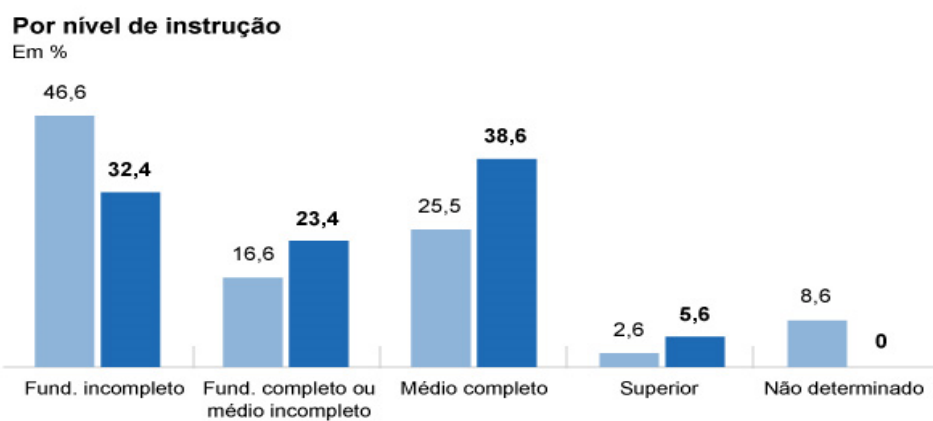
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Pnad 2012 divulgados dia 29 de novembro de 2013 mostraram que o número de jovens de 15 a 29 anos no Brasil que não estudava nem trabalhava chegou a 9,6 milhões no país no ano de 2012, isto é, uma em cada cinco pessoas da respectiva faixa etária.

Gráfico 3 – Atividades de jovens de 15 a 29 anos



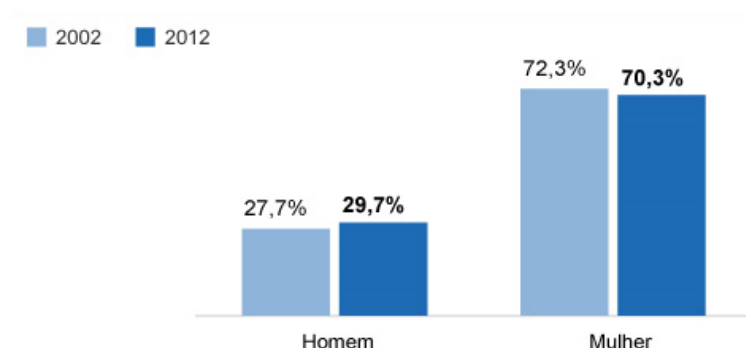
Fonte: site uol, baseado em dados IBGE, PNAD, 2012

Gráfico 4 – Atividades de jovens de 15 a 29 anos



Fonte: site uol, baseado em dados IBGE, PNAD, 2012

Gráfico 5: Características do Jovem “nem nem”<sup>5</sup>



Fonte: site uol, baseado em dados IBGE, PNAD, 2012

Na pesquisa, seguindo a nomeação já disseminada nos estudos demográficos, a geração "nem-nem" é formada por jovens que não trabalham e nem estudam. Nesta condição estão cerca de 70,3% das mulheres. No subgrupo formado pelas pessoas de 25 a 29 anos, as mulheres representavam 76,9%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, a distribuição é mais equilibrada: 59,6% das pessoas que responderam que não estudavam nem trabalhavam eram mulheres. No subgrupo de 18 a 24 anos, por sua vez, as mulheres representavam 68%. Entre essas jovens, 58,4% já tinham pelo menos um filho e 41% declararam que não eram mães. A incidência feminina, nessa realidade analisada, aponta que estão nesta condição de "nem nem", algumas mulheres que não tem alternativa para cuidar dos filhos e acabam permanecendo em casa. Essa condição feminina é preocupante não apenas no Brasil, constituindo-se também um desafio para outros países da América Latina em desenvolvimento. Vemos, através dos gráficos apresentados, que desde 2002 a 2012 vem aumentando o número de jovens afastados do mercado de trabalho e da escola, com uma diferença entre gêneros que vem aumentando gradativamente. A baixa escolaridade é também um fator que diminui as condições de concorrência com outros candidatos qualificados profissionalmente em busca da vaga. Essa inserção no mercado tem se tornado

---

<sup>5</sup> "nem-nem" (nem estuda nem trabalha).

cada vez mais concorrida. Os investimentos na educação no presente são essenciais para determinar um futuro diferente dessa realidade vivida pelos jovens e adolescentes. Diante desse contexto, há necessidades de mudanças de políticas significativas em prol da juventude.

#### 4.2 Aproximações com o Jovem Trabalhador

O objetivo desta pesquisa é identificar como diferentes empresas apresentam seus projetos de inclusão social com jovens. A inclusão de jovens no mercado de trabalho seria apenas o cumprimento de uma legislação denominada “Responsabilidade Social” ou existe entre algumas empresas o comprometimento com a formação profissional dos jovens. Com o avanço das medidas neoliberais o Estado reduz o seu papel no cenário político e as empresas obtém fortalecimento na esfera privada, cooperando com o desenvolvimento social. Até que ponto esse estímulo ao empreendedorismo social viabiliza ações a favor dos excluídos pode ser, ou não bem sucedido?

Segundo Beghin (2005), as empresas privadas, como ator importante do capitalismo renovado do período recente, possuem papel de destaque na formulação e na implementação de políticas públicas. Buscar entender como as empresas vivem, interpretam e enfrentam a pobreza e a exclusão não significa, necessariamente, uma postura de defesa e interesse ou ponto de vista.

Atualmente a atuação do terceiro setor no mercado contempla os interesses da população quanto os da empresa através de resultado empresarial, com isso oferece soluções alternativas que contemplem tanto os interesses da população quanto os da empresa, com a melhoria de processos internos a partir da percepção externa.

Segundo Garcia (2002), embora o investimento das empresas em ações sociais estivesse em crescimento no período analisado, não se pode afirmar que estas se configuraram políticas sociais, no sentido estrito, nem que sua atuação compensasse, em termos de investimento real, a retirada do Estado. Entretanto para o argumento de que o Estado planejador é uma ameaça ao crescimento econômico e a todos os benefícios que isso implica, além de evitar os males que



ele produz inadvertidamente, o terceiro setor é uma alternativa experimental importante para o argumento neoliberal.

Com o intuito de conhecer de perto a realidade de alguns postos de “formação profissional”, elaborei um questionário para obter a percepção dos projetos desenvolvidos com os jovens que ingressam no mercado de trabalho. O mesmo foi aplicado nos profissionais que executam atividades com jovens nas seguintes empresas Eletronuclear, Bob’s, SENAI, Ampla<sup>6</sup> e ESPRO.

Foi criada uma lista com o nome de empresas e o contato dos mesmos (e-mail e telefone). Posteriormente, no período do mês de março e abril realizei os contatos, com objetivo de convidá-los a participarem da pesquisa de campo. No primeiro contato realizado com as empresas, no total 10, nove delas responderam ao contato por e-mail/telefone.

Das empresas contactadas, duas não trabalhavam com jovem aprendiz, ou seja, realizavam encaminhamentos para o mercado de trabalho através de parcerias institucionais, uma não respondeu à nossa solicitação. Diante das respostas obtidas, dei continuidade com cinco empresas que atenderam à solicitação.

### 4.3 Análise de Resultados Institucionais

#### 4.3.1 *Bob’s*

A Empresa Bob’s, em sua divulgação de marketing no site, consta como uma empresa que acredita que a responsabilidade social, a ética, a preservação do meio ambiente e a valorização do público interno são valores essenciais para o crescimento da empresa. Segundo a referida empresa o respeito ao público interno é essencial, devendo ter uma equipe motivada e produtiva, proporcionando rentabilidade aos acionistas, estimular a capacitação

---

<sup>6</sup> Em relação à AMPLA, as informações foram obtidas através do trabalho desenvolvido por mim no projeto Ampla Oportunidade.

profissional dos colaboradores e desenvolver ações socialmente responsáveis gerando sustentabilidade.

A Rede Mc Donald's no Brasil é a principal concorrente do Bob's. Esta rede tem sido alvo de acusação de trabalho escravo. A baixa remuneração oferecida por esta empresa de *fast food* tem sido tema de crítica da mídia nacional e internacional. Segundo reportagem publicada no site<sup>7</sup> da UOL, dia 15/04/15, o sindicato afirma que o Mc Donald's pratica jornada móvel variável, ou seja, o restaurante não paga pelas horas que o funcionário é dispensado de trabalhar, mesmo estando estipulado em contrato e ficando à disposição da empresa. Nos EUA, os trabalhadores pedem pagamento mínimo de US\$ 15 por hora.

A pesquisa de campo foi realizada com a Auxiliar de Gerente, que executa os recrutamentos dos jovens nas franquias da rede fast-food, chamada Bob's. Foi-nos informado que os jovens que trabalham na empresa são chamados de estagiários e depois da experiência de 03 meses, eles são efetivados como funcionários.

O perfil de idade é de jovens de 16 a 18 anos, que são encaminhados pelo CIEE, Sbeth, Afroreggae, Rio de Paz para realização de processo seletivo. O jovem deve ter ensino médio incompleto e deve estar estudando. Realizam uma jornada de segunda a sexta-feira, de 6 hs diárias. A carga horária pode ser diminuída conforme a necessidade do jovem, ou seja, há flexibilidade.

Acredito que, ao utilizar estas instituições para o recebimento de currículos para recrutamento, a empresa atua como ação humanista de ajuda ao próximo que não tem conceito de responsabilidade social de forma abrangente. Em uma instituição que o adolescente necessita de trabalho, são explorados com o título de estagiário por 3 meses, eles passam por treinamentos sobre Vigilância, Vendas de higienização, Manual de Boas Práticas, pertinentes ao trabalho que já executam. O jovem recebe VT (vale transporte), lanche, recebe R\$ 3,98 por hora trabalhada e premiações pela qualidade no atendimento ao cliente

---

<sup>7</sup> <http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2015/04/15/pais-participa-de-protesto-global-contra-mcdonalds-por-direito-trabalhista.htm>

mensalmente. Sendo assim, esta situação faz com que esse jovem trabalhador receba, ao final de um mês de trabalho, valores considerados irrisórios.

Um jovem com essa remuneração mensal, recebe em 6 horas trabalhadas diárias R\$23,88, em 22 dias de trabalho recebe o equivalente a R\$ 525,36, que representa menos que o salário mínimo estadual (RJ).

Num mundo das aparências, esta realidade, que aqui se busca desvendar, apresenta uma outra face: para o capitalista o capital é a soma de meios materiais de produção que tem o poder místico de gerar mais capital; o trabalho não pago extraído da classe trabalhadora, que é fonte de riqueza do burguês e da miséria do proletariado, aparece, exclusivamente, como trabalho pago através do salário. (Iamamoto e Carvalho,2008:62)

Acredito que alguns desse jovens cheguem cansados na escola, e não receba o que deveriam receber para custear as necessidades básicas. O custo de vida vem crescendo vertiginosamente e o capitalista lucra com a intensificação do processo de exploração do trabalho.

O trabalhador de uma empresa de fast-food com a inovação tecnológica, criou um novo tipo de trabalhador, com um novo perfil, adequado às condições neoliberais, que tem flexibilidade e rapidez para produzir, entrega rápida, acúmulo de funções e etc.. Essas exigências impostas pelo mercado não são compensadas pelo salário, ou por gratificação e folgas, acabam se tornando um atrativo para os jovens que necessitam do primeiro emprego e gostaria de obter uma qualificação no mercado de trabalho. Percebo que é um trabalho precarizado, devido à reestruturação produtiva falta profissional adequado para cada função. Os profissionais não são contratados de acordo com a sua profissão e cada um faz um pouco de tudo.

#### 4.3.2 SENAI/SESI

O Sistema FIRJAN é composto por cinco organizações que compõem o Sistema, vou destacar apenas o SESI - Serviço Social da Indústria, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Esta empresa apresenta-se com

capacidade para oferece soluções e serviços para multiplicar a produtividade das empresas e melhorar a qualidade de vida dos funcionários.

A Assessoria de Responsabilidade Social Empresarial (ASSER) do Sistema FIRJAN atua na mobilização empresarial, consultoria às empresas para a gestão da responsabilidade social e no desenvolvimento de projetos sociais em parceria com a iniciativa privada e organizações sociais (Firjan, 2015).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado do Rio de Janeiro (SENAI) se apresenta com uma organização que atua em duas vertentes: promovendo qualificação e especialização dos trabalhadores da indústria, dos cursos de aprendizagem de trabalhadores de todos os níveis, oferecendo soluções tecnológicas para empresas por intermédio de programas de assessoria técnica e tecnológico e de formação profissional, nos municípios e no estado atua, para atende as demandas das empresas e da comunidade.

O SESI é apresentado como uma organização que desenvolve ações direcionadas aos trabalhadores e nas comunidades, através da para a promoção da saúde, educação, esporte, lazer e cultura. Atuando em todo estado nas áreas de saúde ocupacional, segurança do trabalho e proteção ao Meio Ambiente.

Realizei a pesquisa no local, embora a instituição desenvolve qualificação para os jovens que já se encontram no mercado de trabalho e/ou que estão para entrar mercado como jovem aprendiz. A entrevista foi realizada com a Pedagoga, que é Coordenadora e cuida dos cursos oferecidos pelo Senai e realiza o acompanhamento da evolução dos projetos de outras empresas que solicitam os serviços do SENAI. Como Federação das Indústrias, a Firjam oferece esse serviço às indústrias que já pagam a contribuição compulsória, a mesma é uma contribuição mantida por trabalhadores das indústrias.

As empresas que tem necessidade de cumprimento das cotas para qualificação solicitam os serviços da FIRJAN. A empresa faz a captação e seleção desses jovens e encaminha para a Firjan, que abre um edital com a turma de acordo com seus pré-requisitos.

Eu fiz estágio na Ampla e a mesma realizava nas comunidades a captação de jovens através de Oficina Externa. Aqueles que têm perfil e interesse participam de processos seletivos que concediam acesso ao curso de eletricista de rede de baixa tensão. Os jovens fazem uma avaliação, com uma prova no SENAI de português e matemática, devendo obter média 5 para aprovação.

Os cursos oferecidos são de Mecânico de Manutenção, Instrumentista, Eletricista de Rede, Caldeireiro, Auxiliar Administrativo, Montador de Estruturas Metálicas, Soldador de tubulação. Cada unidade oferece um portfólio.

Verifiquei que os cursos oferecidos são condizentes com as demandas da realidade industrial, com funções pré-estabelecidas, atendendo a necessidade de uma indústria ou empresa que necessitam de um jovem qualificado para manutenção de equipamentos específicos. Enfim, as empresas que concedem acesso ao curso contribuem para a inclusão, haja visto que o valor de um curso, como por exemplo o de Eletricista no mercado, o custo é alto.

Apenas jovens de 14 a 24 anos fazem parte do público atendido, contudo cada curso tem seu pré-requisito. O Jovem não pode fazer 24 anos durante o curso. Cada curso tem sua exigência em relação à idade e escolaridade. A exigência é ter o ensino fundamental completo.

Nos cursos existem poucos jovens que cumprem cota de PCD. Há turmas com cotas de PCD adultos, que não exige escolaridade e nem idade e a maioria que participa são adultos. Na unidade não tem jovens realizando cursos de qualificação profissional de jovens em conflito com a Lei e nem cumprindo medidas-sócio educativas.

Devido à reestruturação produtiva, esses cursos sofrem mudanças constantes, pois vão acompanhar o sistema produtivo e a necessidade do mercado atual, alterando continuamente a formação profissional no mercado. Haja vista que a conclusão destes cursos é a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho por parte da população que necessita de uma qualificação profissional.

#### 4.3.3 Eletronuclear

A Eletrobrás Eletronuclear é uma empresa de economia mista e é subsidiária da Eletrobrás. Atualmente é responsável pela geração de aproximadamente 3% da energia consumida no Brasil. A Eletrobrás Eletronuclear se apresenta na mídia e na net como empresa consciente de sua responsabilidade social, nas áreas de sua influência, investindo em saneamento básico, saúde, educação, conservação de estradas, restauração do patrimônio histórico, aparelhamento dos órgãos de segurança (Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e polícias). A entrevista foi realizada com a Assistente Social, responsável pelo acompanhamento do projeto. O nome do projeto é Jovem aprendiz

Na admissão para participação do projeto tem como exigência que o aluno tenha o seguinte perfil: esteja matriculado em escola pública, nº de nis ( número de identificação social), e declaração de baixa renda. Cada item apresentado consiste num sistema de pontos. A empresa tem cerca de 28 jovens no RJ e 65 em Angra. A faixa etária é de 14 a 18 anos com ensino médio incompleto. No período de 1 ano os jovens realizam cursos de formação profissional como Web designer, logística e eletricista áudio visual.

A empresa não está realizando estágio interno, aderindo apenas ao curso de formação profissional, pois a Assistente Social verificou que havia poucas atividades básicas para serem realizadas internamente, correndo risco de alguns jovens ficarem ociosos, não contribuindo com a formação profissional. No período de um ano eles realizam apenas o curso de formação profissional e recebem um salário de R\$ 493,00, vale transporte e vale refeição.

No ano de 2014 houve a participação de um jovem no projeto com deficiência visual. Na Eletrobrás são feitos cursos de formação profissional no primeiro ano, e no segundo ano realizam o estágio, pois há possibilidade de aprendizagem nos setores com o desenvolvimento de atividades básicas como arquivamento, digitação, cópia de documentos, atendimento telefônico e entrega de documentos internos.

Segundo informações da Assistente Social, responsável pelo projeto, o jovem aprendiz que participa do projeto se abre para um foco profissional e define o que querem para o futuro. A empresa, através da atuação da Assistente Social, criticou a possível inatividade que poderia ser reproduzida no interior do processo interno da Empresa, foi uma forma de enfrentar a subalternidade legitimada pelo capital no interior desta instituição. O estágio interno não iria promover o desenvolvimento deste jovem, que chega sem preparo técnico e o trabalho da Empresa ajuda a lapidar esse jovem e prepara-lo para o mercado de trabalho.

#### *4.3.4 Experiência Profissional na Ampla Energia*

A Ampla tem vários projetos dentro do Consciência Ampla e o Projeto Ampla Oportunidade era um deles. O objetivo da empresa é contribuir para a geração de renda nas comunidades atendidas pelo programa Consciência Ampla, ao aumentar a empregabilidade de jovens, entre 14 a 30 anos, através de Oficinas de capacitação para o mercado de trabalho, curso de qualificação, estágios e acompanhamento profissional.

No projeto Consciência Ampla Oportunidade são oferecidas:

- Oficinas externas: Capacitar para o mercado de trabalho jovens entre 14 e 30 anos, através de palestras e dinâmicas de grupo. As palestras são ministradas nas comunidades e escolas. Nos locais são feitas as captações de jovens que tem perfil para os cursos de eletricista e para o projeto primeiros Passos.
- Cursos de Qualificação: Após a Oficina Externa, aqueles que têm perfil e interesse, participam de processos seletivos que concedem acesso ao curso de eletricista de rede de baixa tensão, promovido em parceria com o Sesi/SENAI.
- Núcleo de Trabalho e renda: Tem como objetivo formar uma rede de contatos com empresas, instituições e Secretarias de Trabalho dos municípios de atuação dos projetos sociais, para divulgar informações de

oportunidades de emprego e cursos de geração de renda. Além de promover o debate em relação a temas do mercado de trabalho.

#### *4.3.4.1 Projeto Primeiros Passos*

Eu tive a oportunidade de trabalhar como Orientadora do adolescente no local de aprendizagem no Projeto Consciência Ampla Oportunidade - Primeiros Passos, no período de 2012 a 2014. A Ampla tem vários projetos dentro do Consciência Ampla.

Esse projeto visa a inserção de adolescentes, oriundos das comunidades já atendidas pelos Projetos Sociais. Essa captação era realizada através das oficinas sobre Mercado de trabalho. A Ampla atende 66 Municípios e para este projeto atende os seguintes municípios: Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo, Campos, Itaboraí, Magé e Angra dos Reis.

Os estágios são realizados nas empresas parceiras ou setores da Ampla que aderirem ao Projeto Consciência Ampla Oportunidade – Primeiros Passos. O objetivo da empresa era aumentar sua visibilidade nas comunidades, dando um traço assistencialista na questão do trato nas atividades desempenhadas pelos profissionais.

A maioria dos jovens que ingressam no projeto, ajudam seus pais no incremento da renda familiar de famílias, e a maioria das famílias estavam em situação de vulnerabilidade social. Jovens de que após a entrada no projeto tiveram uma mudança comportamental positiva na família. O valor da bolsa era de R\$ 480,00 mensais e em abril de 2015 é de R\$ 591,00 e o jovem recebe o Vale transporte. O jovem cumpre carga horária semanal de 20 horas. O período das atividades é realizado de segunda a sexta e respeita o horário escolar do adolescente. A faixa etária dos jovens é entre 14 a 20 anos, com ensino fundamental completo ou cursando e que sejam atendidos pelos Projetos Sociais da Ampla. Ou seja, todos os contratados devem estar na área de concessão da Ampla.



Como pude perceber, em meu campo de trabalho como Promotora Social, a área de projetos Social e o RH necessitam dar visibilidade a empresa, através de ações sociais que são vinculadas com o nome da AMPLA. Essas ações são lucrativas para a empresa e tendem a contribuir para uma imagem de filantropia social. Além do mais, a empresa precisa cumprir leis que os obrigam a incluir de alguma forma a sociedade e ter um olhar mais apurado. Esse projeto não tem custos para a empresa.

Esse projeto Primeiros Passos foi idealizado por uma assistente social que neste período de 2012 a 2014, ela estava responsável pelo Projeto Ampla Oportunidade, com isso ela queria usar os serviços que a empresa oferecia para garantir os direitos os usuários, no caso, chamamos de clientes, pois os mesmos são clientes da Ampla. A criação do projeto foi uma forma direcionar as suas ações para um público que, até o momento, não era contemplado diretamente pelas atividades.

#### *4.3.5 Espro (Ensino Social Profissionalizante)*

O Espro é uma organização sem fins lucrativos que atua na capacitação profissional para inclusão de jovens no mercado de trabalho. O Espro apresenta-se como uma organização que tem como essência a transformação social, atuando na capacitação e encaminhamento de jovens para mercado de trabalho. A Espro trabalha com empresas parceiras como: Itaú, HSBC, Bradesco e Empresas Aeroportuárias, entre outras empresas, que solicitam as vagas para esses jovens.

A entrevista foi realizada com a Assistente Social da Espro. Atualmente são atendidos 1200 jovens inseridos no mercado de trabalho no Rio de Janeiro. Em termos nacionais, a instituição tem 10.000 jovens atuando nos seguintes Estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Brasília, Campinas e Porto Alegre.

Os critérios para ingresso do jovem são: ensino fundamental ao nível superior e o perfil de atendimento são para famílias e jovens que se encontram

em situação de risco e vulnerabilidade social, com idade de 14 a 24 anos.

Na Espro existem dois processos para a ingresso do jovem nos cursos ministrados, que são o FMT - Formação para o mundo do trabalho, onde é oferecido um curso de capacitação para inserção no mercado de trabalho. Neste curso o jovem aprende a elaborar currículo, postura no ambiente de trabalho, trabalho em equipe, atendimento ao público, consultoria e obtém assessoria de como se comportar numa entrevista de trabalho, como lidar com a gestão nas empresas e com a questão hierárquica. São desenvolvidas oficinas de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários com os jovens e as famílias e oficinas de geração de renda pela Assistente Social.

O outro processo é o Programa de Sócio Aprendizagem que é desenvolvido quando o jovem já foi inserido no mundo do trabalho. Ele pode ser um jovem que participou da formação para o mundo do trabalho ou aquele que se inscreveu no site. O processo de recrutamento para vaga nas empresas se dá através dos seguintes processos: O jovem que passa por dois tipos de triagem:

No primeiro momento ele passa pelo processo social, que se constitui de uma entrevista social para fins de avaliação socio-econômica e de vulnerabilidade social de modo a considerar se ele se encaixa no perfil. Em seguida, o jovem passa pelo setor de triagem e acompanhamento para que, de acordo com o perfil da vaga, esse jovem possa ser encaminhado. Além de ser submetido a uma entrevista com um instrutor. Essa entrevista com o instrutor trata basicamente das orientações sobre as atividades da vaga a ser ocupada pelo jovem. Os cursos de qualificação profissional são específicos, de acordo com a atividade que ele exercerá. O curso depende do tempo de contrato com o jovem, podendo ter duração de até 24 meses. A carga horária necessária para obtenção do certificado de aprendizagem é de 70% de presença. A vaga é preferencialmente voltada para quem já participou do programa de formação para o mundo do trabalho.

Tendo sido escolhido, o jovem atua 4 dias na empresa e um dia em treinamento na Espro. Existem demandas encaminhadas através do contato com

a rede sócio assistencial, como a vara da infância e juventude, conselho tutelar, CRAS, CREAS com atendimento preferencial.

Na Espro o Departamento de Desenvolvimento Social (DDS), responsável pelo estágio, é dividido em duas células:

- Célula de Acompanhamento que é o responsável por realizar o acompanhamento profissional desse jovem no local de trabalho, para verificar se a situação contratual esta sendo cumprida. Esse acompanhamento é realizado através de visitas técnicas, com avaliação do desempenho e orientação profissional feita individual e coletiva. As visitas são realizadas periodicamente e o gestor, jovem e a empresa podem acionar o acompanhamento.
- Célula de Assistência - Acompanhamento com atendimento socio-familiar, com plano de atendimento ao jovem e a família, que vai para além da questão profissional, com uma atuação social e familiar. Esses atendimentos ocorrem realizados através do plantão social pela Assistente Social. São realizadas oficinas de convivências e fortalecimentos para os pais e alunos. As oficinas podem contar com participantes de jovens FMT (Formação para o mundo do Trabalho) e aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho.

A Espro não realiza recrutamento de jovens em conflito com a Lei, pois não dispõe de estrutura profissional e física para atendimento desse tipo de demanda, que exige um acompanhamento contínuo por uma equipe interdisciplinar qualificada.

Quanto à inserção de jovens que possuem deficiência, segundo o site da Espro, a mesma desenvolveu o Espro Diversidade<sup>8</sup> para sensibilizar as empresas e ajudá-las a se adequarem a Lei 8213/91 que visa à inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. O programa capacita as pessoas com

---

<sup>8</sup> <http://www.espro.org.br/empresa/jovem-aprendiz-informacoes-gerais/espro-diversidade-pcd>

deficiência, facilitando sua integração social no universo corporativo. No momento de realização da pesquisa, havia um jovem com deficiência na parte cognitiva.

Observa-se, no site da Espro, que desde 2008, a mesma tem parcerias institucionais com a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), tendo uma visão sobre a inclusão de PCD, que ao longo dos 7 anos pouco evoluiu, haja visto que no âmbito do RJ a inclusão de jovens com deficiência ainda é incipiente.

De acordo com os dados da empresa, em seu processo seletivo apenas 10% dos jovens são cadastrados em Programas Sociais do governo, dados referentes aos jovens que participam da Formação do mundo do trabalho. No curso de formação do mundo do trabalho, os jovens recebem lanche, material didático, uniforme, auxílio transporte. Os salários e benefícios oferecidos pelas empresas parceiras variam, geralmente sempre oferecem vale transporte e refeição. Na pesquisa realizada, foi possível o contato com um jovem que foi estagiário do HSBC, que realizou acompanhamento e curso de aprendizagem na ESPRO, segundo o jovem o benefício atual é de um salário mínimo, com plano de saúde, plano odontológico, vale transporte de R\$10,00 por dia e vale alimentação.

Quanto a questão sobre a contratação da empresa, com o término de estágio, a empresa não tem esse indicador de quantos foram contratados com o fim da participação do projeto. Nos acompanhamentos realizados pela Espro, nas empresas, verificou-se que houve mudança comportamental com base no relato dos instrutores, dos pais, com mudança de postura na família e comunidade onde ele vive.

*Quadro 6: remuneração pelo trabalho de jovens em empresas pesquisadas*

Empresa	Idade	Escolaridade	CH diária	Salário/dia	Salário Mensal	VR	VT	P de Saúde	P. Odont.	Formação profissional
<b>Bobs</b>	16 - 18	Médio Incompleto	6hs	R\$ 23,88	R\$ 525,36	Lanche	Sim	Não	Não	Não
<b>Eletronuclear</b>	14 - 18	Médio Incompleto	4hs	R\$ 22,40	R\$ 493,00	Sim	Sim	Não	Não	Sim

<b>Ampla</b>	14 - 20	Fundamental completo ou cursando	4hs	R\$ 26,86	R\$ 591,00	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>HSBC (ESPRO)*</b>	14- 24	Ensino Médio Completo ou cursando	6 hs	R\$ 32,72	R\$ 720,00	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

\*Informações obtidas por um jovem aprendiz de 21 anos, jovem aprendiz do HSBC.

Este quadro ilustra as diferenças entre o recebimento dos benefícios proporcionados aos jovens, evidenciando um quadro de exclusão próprias de um cenário de restrição de políticas sociais. Vale considerar a falta de equidade entre os diferentes benefícios oferecidos pelas empresas ao trabalhador juvenil e os direitos trabalhistas e previdenciários. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no Capítulo V, do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho prevê que:

Art. 60 - É proibido qualquer trabalho a menores de 14(quatorze) anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Art. 61 - A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei. Art. 62 - Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63 - A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;  
II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64 - Ao adolescente até 14 (quatorze) anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65 - Ao adolescente aprendiz, maior de 14 (quatorze) anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66 - Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67 - Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Art. 68 - O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º - Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º - A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura

o caráter educativo.

Art. 69 - O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

(ECA – Estatuto da Criança e Adolescente – Lei 8069, de 13 de Julho de 1990).

No caso da Ampla, a empresa ao colocar o estagiário não se preocupou com a oferta da sua alimentação. As Empresas Eletronucler e a Espro acompanham as exigências do Ministério do Trabalho, que orientam que o jovem deve estar regularmente matriculado na escola regular, ao mesmo tempo em que ele trabalha e recebe formação profissional.

Em algumas empresas como a Ampla e Bob's, como informado no quadro ilustrativo, os estagiários/o jovem aprendizes, estão sendo utilizado pelos empregadores de forma desvirtuada, isto é, como mão de obra barata, onde assumem responsabilidades de empregados, no entanto, sem direitos. Ao incorporar o estagiário como um empregado sem direitos, sem benefícios como vale refeição, assistência médica e plano odontológico, direitos e benefícios previstos para o profissional contratado, não dão importância à formação profissional. Se o estágio contribui para formação profissional, entende-se que é preciso colocar em prática o que aprendemos em sala de aula é a lei estabelece. O que se ensina em sala de aula não deve ser apenas para a formação de ensino fundamental ou ensino médio, ela deve abranger a uma formação técnica profissional específica para o jovem. Se não há essa formação, logo há uma incompatibilidade e precarização da relação de trabalho, tornando o jovem um futuro trabalhador descrente com as políticas de inclusão e, acima de tudo, de desrespeito com a legislação do país.

Então o que seria possível esperar da formação técnico profissional segundo a lei? Não ousa, neste restrito espaço de reflexão, apresentar as respostas para esta questão, mas acredito que a inserção no mercado de trabalho deve ter o caráter educativo na vida profissional destes jovens, pois inúmeras são as dificuldades para conciliar estudo e trabalho, numa fase em que o processo de escolarização é obrigatório. Neste processo, o jovem pode desenvolver o sentimento de independência, a elevação da auto estima,

contribuir nas despesas de casa com e manejar seu dinheiro. Com a inserção no mercado formal, as políticas sociais devem garantir a proteção ao direito desse jovem trabalhador. Esse jovem, dentro desse contexto, nem sempre compreende a exploração que está sendo submetido. Segundo Oliveira (2005), o trabalho pode tornar-se uma atividade com consequências negativas para o jovem, caso não seja possível conciliar com outras atividades tão importantes para o adolescente como, por exemplo, o estudo, o lazer e o próprio convívio familiar.

As longas jornadas de trabalho de oito horas diárias ou mais interferem no desempenho escolar, ocasionando um desgaste físico desse jovem, impactando as atividades escolares com baixos rendimentos. O ideal é o jovem ter 4 horas diárias de estágio, 5 horas de estudos e o resto do tempo para dedicação de atividades sociais e convívio com a família e seus pares.

O marketing produzido nos sites e na mídia sobre o processo seletivo para contratação de jovem aprendiz realizado por essas instituições causa um impacto social, produzindo uma maior visibilidade externa para empresa. Nesse contexto, é necessário avançar para além da aparência, no sentido de garantir os direitos efetivos deste segmento.

## **5 Considerações finais**

Esta monografia procurou enfatizar que a empresa, através da oferta de estágio ou da adoção do programa jovem aprendiz, deve oferecer qualificação profissional, tendo a percepção diferenciada de que estes jovens estão em fase de desenvolvimento e necessitam de uma de proteção integral, como estabelecido no Estatuto da Criança e do adolescente.

Em uma direção contrária à perspectiva da incorporação e expansão da cidadania no Brasil, o modelo neoliberal de gestão representa um desafio permanente. Segundo este modelo, a desproteção do trabalhador, o desemprego, a precarização das relações de trabalho são ameaças reais. Por esta razão, é necessário observar e denunciar as irregularidades nas empresas contratantes, orientar os jovens sobre os direitos trabalhistas e a formação profissional por meio de palestras nas escolas como forma de orientação, para que eles não venham se sujeitar ao um processo de aprendizagem que não visa sua qualificação profissional e reportem as possíveis irregularidades a qual estão sujeitos.

Como as pesquisas indicam, há um declínio da qualidade dos empregos disponíveis para os jovens no mercado, devido à reestruturação produtiva, resultando em uma população sobrando de jovens sem a qualificação exigida. Diante das novas configurações do mundo do trabalho, é importante haver incentivos destinados à contratação do jovem, que passaram pelo processo de aprendizagem com indicações para que ele seja inserido no mercado de trabalho formal. Nesse mesmo processo, é importante a abertura de curso profissionalização de interesse do jovem, para o ingresso no mercado, já que, durante o processo contratual, essas empresas não conseguem absorver esses jovens e nem realizam encaminhamentos para o mercado de trabalho.

Neste estudo fica evidenciado a existência os grupos vulneráveis como: PCD e jovens em conflito com a lei, os mesmo são excluídos dos processos



seletivos, tem necessidade de proteção e direito ao trabalho para avanço da inclusão social. Algumas das empresas pesquisadas não dispõem de estrutura para atender esta demanda, é necessário promover a inserção destes jovens excluídos do mercado. Segundo Souza (2014) é fundamental que o Estado defina uma política de inclusão produtiva focada nos excluídos do mundo do trabalho, mas esta não pode ser tratada como porta de saída, tão pouco confundida com políticas de capacitação profissional. Defendemos a urgente mudança na legislação para que os investimentos pesados financiados pelo Estado possam abrigar esses usuários, não de maneira periférica, mais como partícipes do processo de crescimento do país.

A visão educativa nas empresas imprime uma representação de uma identidade formatada pelo empresariado numa convivência num espaço físico com pessoas com diferentes poderes hierárquicos, onde a tecnologia e as pessoas são valorizadas. Esse jovem se depara com um ambiente novo, cheio de regras desconhecidas, necessita construir uma imagem positiva para que ele possa se manter no mercado, buscando uma postura e uma boa apresentação no modo de vestir e falar. Esse processo não é livre de tensões. Essa visão educativa tem um forte conteúdo de controle e disciplina sobre as referências culturais que estes jovens são portadores.

O jovem, ao entrar no mercado, lida com um mundo novo, com pessoas à sua volta que desconhecem sua origem e história de vida. Neste novo contexto institucional, os jovens vêm com um linguajar próprio da comunidade ou do local onde moram. Em tese, nas instituições ele deverá aprender um novo vocabulário empresarial, ele vai aprender a valorizar na relação social, o respeito ao outro, o trabalho em grupo, as responsabilidades na realização de tarefas, aprende a ter “bons hábitos”, “como se comportar” no local de trabalho adequadamente, com isso adquire novos conhecimentos e descobre sua aptidão profissional.

Essas metas nem sempre são atendidas de modo adequado e respeitoso. Quando o são, essas atividades impactam sua vida e refletem no seu comportamento em família e na comunidade onde ele vive, contribui para sua formação como cidadão que faz parte da sociedade e tem direitos e deveres.

A consciência das diferenças, presente no cotidiano dentro das instituições é marcada pela subjetividade e uma nova vida social, cheia de cobranças e imposições a novos desafios, que devem contribuir como desenvolvimento do jovem no mundo profissional.

A preocupação das empresas com uma boa formação, auxiliada por seus tutores, é uma forma de obter boa formação prática e teórica deste jovem para o mercado, além de caracterizar a responsabilidade social que a empresa exerce. Ao participar do programa jovem aprendiz/ estagiário no mercado de trabalho, o jovem tem a oportunidade de estar inserido em uma política pública, que necessita de ajustes na dinâmica da relação social em constante mudanças.

Apesar dos esforços para a Erradicação do Trabalho Infantil e da inserção qualificada do jovem no mercado de trabalho, essas campanhas não devem perder o fôlego, frente a uma agenda de problemas considerados mais sérios e estratégicos. Há necessidade de continuar a mobilização social no sentido de garantir trabalho decente, buscando e promovendo parcerias e políticas públicas, resgatando os direitos sociais conquistados, porém muitas vezes violados.

## 6 Referências Bibliográficas

Beghin Nathalie - A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito. São Paulo, Cortez, 2005.

As boas práticas da inspeção do Trabalhador no Brasil. A prevenção e erradicação do trabalho infantil. OIT 2010, disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/labour\\_inspection/pub/trabalho\\_infantil\\_inspecao\\_281.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/labour_inspection/pub/trabalho_infantil_inspecao_281.pdf)

Brasil. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador / Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed. – Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

Brasil. Trabalho infantil, desafio a sociedade. Análise de Programas de Erradicação do Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2004

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. *São Paulo Perspec.* [online]. 2004, vol.18, n.4, pp. 50-61.

CERVINI, R.; BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Orgs.), 1996.

GARCIA, Joana. *A “Filantropia Empresarial” ou de como transformar o negócio em social.* [Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. Ed. São Paulo: Cortez, 2008

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço social na contemporaneidade. ed. São Paulo: Cortez, 2008

JÚNIOR, Almir Pereira. Um País que Mascara seu Rosto. In: JÚNIOR, Pereira Almir et al. Os Impasses da Cidadania: infância e adolescência no Brasil. Rio de Janeiro: Base, 1992, p. 13-35.

Oliveira, Denize Cristina de et al. **A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes.** *Psicol. Reflex. Crit.*, Abr 2005, vol.18, no.1, p.125-133

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. “Menores” institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In: FAUSTO, Ayrton, CERVINI, 1996.

Tomás, Maria Carolina, Oliveira, Ana Maria Hermeto C. de and Rios-Neto, Eduardo Luiz G. **Adiamento do ingresso no mercado de trabalho sob o enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras.** *Rev. bras. estud. popul.*, Jun 2008, vol.25, no.1, p.91-107.

Trabalho infantil no período de 1996 – 1997 – Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Católica de São Paulo - IEE/PUC-SP.

Vasconcelos, Ana Maria. O trabalho do Assistente Social e o projeto Hegemônico no debate profissional. Capacitação em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

Souza, Fatima Valéria Ferreira de. Assistência Social e Inclusão Produtiva. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço social, 2014.

Sites visitados:

Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>, acesso 04/11/2014.

Lei 5452 - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)

[http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Mensal de Emprego/Fluxograma/2015/pme\\_201502fluxograma.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Fluxograma/2015/pme_201502fluxograma.pdf)

<http://www.eletronuclear.gov.br/AEmpresa.aspx>

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/redesenho-peti-2.pdf/view>

<http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2015/04/15/pais-participa-de-protesto-global-contra-mcdonalds-por-direito-trabalhista.htm>

<http://www.firjan.org.br/data/pages/40288094212F790101213013CD7D651D>

<http://www.oitbrasil.org.br/content/emprego-juvenil>

<http://censo2010.ibge.gov.br/trabalho infantil/>

<http://www.espro.org.br/assistencia-social/captacao-de-recursos/47-empresa/jovem-aprendiz-informacoes-gerais>

<http://www3.mte.gov.br/politicas juventude/aprendizagem pub manual aprendiz 2009.pdf 15/06/2015>

<http://jovemaprendiz.co/hsbc-inscricoes-abertas-para-programas-de-aprendiz-e-estagio3832.html>

<http://www.aprendizlegal.org.br/main.asp?Team=%7B44BA8D38-9DCA-4C07-9F0B-D0B0AD8710BA%7D>

<http://www.aprendizlegal.org.br/main.asp?Team=%7B44BA8D38-9DCA-4C07-9F0B-D0B0AD8710BA%7D>

<http://www3.mte.gov.br/politicas juventude/aprendizagem pub manual aprendiz 2009.pdf>

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm>

## **7 Anexo**

### **PROJETO 2015** **QUESTIONÁRIO DE VISITA INSTITUCIONAL – UFRJ – SERVIÇO SOCIAL**

Data da visita

1. Nome do (a) entrevistado (a):
2. Cargo exercido na Empresa:
3. Formação acadêmica:
4. Nome da Empresa:
5. Nome do Projeto:
6. Endereço:
7. Telefones:
8. Critérios para entrada do jovem, perfil de quem entra. Como se denomina na empresa o jovem admitido no projeto?
09. Quantos jovens trabalham na empresa?
10. Qual a faixa etária dos jovens atendidos pelo projeto.
11. Escolaridade dos jovens atendidos pelo projeto:
12. Na instituição é oferecido cursos de formação profissional para os jovens que fazem parte do projeto? Quais são?
13. No quadro de admitidos, existe algum jovem que estiveram em conflito com a lei, ou seja cumpre medidas sócio educativas? Caso haja, quantos são?
14. No quadro de admitidos, existe algum jovem com deficiência? Quantos são, e qual o tipo de deficiência?
15. Quantos jovens admitidos estão cadastrados em Programas sociais do governo?
16. A empresa oferece bolsa auxílio? Caso haja, quais são?
17. Algum jovem foi contratado pela empresa com o fim do período de participação do projeto? Quantos?
18. Com a entrada do jovem no Projeto, houve mudança comportamental? Qual?